

# OPRESSÃO RACIAL, MOVIMENTO NEGRO E REVOLUÇÃO: PROBLEMATIZAÇÃO DAS POSIÇÕES DE SÉRGIO LESSA, VALÉRIO ARCARY E MARCELO BADARÓ MATTOS ACERCA DO DEBATE SOBRE AS COTAS RACIAIS

*Murillo van der Laan\**

## **GT: Trabalhadores e movimentos sociais**

### **Resumo**

No presente trabalho procuramos realizar a problematização de algumas posições marxistas no debate sobre as cotas. Para tanto, avançamos algumas considerações de Ellen Wood acerca de certos aspectos gerais do capitalismo e de Agnes Heller sobre o cotidiano. Por fim, chegamos ao resultado provisório da possibilidade de *deslocamento da opressão racial contra o negro*, o que nos remete a reflexões de aproximação e diálogo entre os movimentos que lutam pela causa negra e os partidos revolucionários que buscam a superação do capitalismo.

**Palavras-chave:** revolução, racismo, cotas.

Não são novas as discussões acerca dos movimentos sociais contemporâneos e a questão dos partidos revolucionários. Há muito, sob a suposta alegação de alguns de que a estrutura social havia passado por uma transformação qualitativa que significava a õmorteõ das pretensões emancipatórias que se apóiam no trabalho, a questão suscita polêmicas. Sobretudo na última década, no cenário nacional, o debate sobre as cotas econômicas e raciais pediu o posicionamento das diversas entidades revolucionárias sobre o tema. Os marxistas não fugiram de um posicionamento. Obviamente, apresentaram considerações diversas, como ficou claro, por exemplo, no debate da revista *Crítica marxista*, número 24, de 2007. É sobre alguns aspectos concernentes a toda problemática da opressão racial, dos movimentos que lutam pela causa negra e seu diálogo com os partidos e movimentos revolucionários dos trabalhadores que este artigo procura refletir.

Começemos nossa problematização a partir de considerações gerais acerca da estrutura do capitalismo. Para isso, nos utilizaremos das considerações de Wood, que diz:

a primeira característica do capitalismo é ser ele incomparavelmente indiferente às identidades sociais das pessoas que explora. Trata-se de um caso clássico de boas e más notícias [...] Ao contrário dos modos anteriores de produção, a exploração capitalista não se liga a identidades, desigualdades ou diferenças extra-econômicas políticas ou jurídicas. A extração da mais-valia dos trabalhadores assalariados acontece numa relação entre indivíduos formalmente iguais e livres e não pressupõe diferenças de condição política ou jurídica. Na verdade, o capitalismo tem uma tendência positiva a solapar essas diferenças e a diluir identidades como gênero ou raça, pois o capital luta para absorver as pessoas no mercado de trabalho e para reduzi-las a unidades intercambiáveis de trabalho, privadas de toda identidade específica (WOOD, 2003, p.229).

Logo na sequência Wood complementa:

em compensação, o capitalismo é muito flexível na capacidade de usar, bem como de descartar, opressões sociais particulares. Parte das

---

\* Mestrando do programa de pós-graduação da Universidade Estadual de Londrina.

más notícias é que o capitalismo é capaz de aproveitar em benefício próprio toda opressão extra-econômica que esteja histórica e culturalmente disponível. Tais legados culturais podem, por exemplo, promover a hegemonia ideológica do capitalismo ao mascarar sua tendência intrínseca a criar subclasses (WOOD, 2003, p.229).

A nosso ver, estas são considerações importantes para a reflexão acerca da opressão racial. Elas nos permitem um panorama geral acerca das necessidades, potencialidades e limitações colocadas aqueles que se empenham na luta contra o preconceito racial. Considerando o âmbito de uma autonomia relativa do plano ideológico em sua conexão com aquele da reprodução material não nos parece um disparate argumentar ó brevemente e apoiando-nos nas considerações de Wood ó que: a) a emergência da sociedade capitalista lançou as bases para a extração do trabalho excedente predominantemente na esfera econômica, através da mais-valia, o que deu lugar a construção da cidadania burguesa; b) a sociabilidade que tem lugar a partir dessas determinações não carrega a *necessidade* de uma ligação íntima com os chamados bens extra-econômicos<sup>1</sup> como verificava-se nas formações pré-capitalistas; c) daí que, a nosso ver, *estruturalmente* o capital não necessita absolutamente da mobilização de aspectos como a questão racial para sua reprodução. Mais ainda, a configuração da sociabilidade burguesa pode contribuir positivamente no sentido de solapar determinadas diferenças; d) não obstante, e próximo ainda das considerações de Wood, não necessitar não significa que de fato não se aproveite e não dê continuidade a certas práticas como a da opressão racial. E isso não apenas pela frágil posição material dos escravos recém-libertos no âmbito de uma economia de mercado, mas também pela continuidade e instrumentalização das ideologias racistas.

Podemos rapidamente complexificar todo esse quadro se nos remetermos às considerações de Agnes Heller acerca da vida cotidiana (1992). Esta, para a autora húngara, está no centro da história e traz a marca das determinações sociais como as que colocamos acima (HELLER, 1992, p.34). A especificidade da vida cotidiana é marcada pela velocidade com que demanda respostas de todos os homens. Diz Heller:

se nos dispuséssemos a refletir sobre o conteúdo de verdade material ou formal de cada uma de nossas formas de atividade, não poderíamos realizar sequer uma fração das atividades cotidianas imprescindíveis; e, assim, tornar-se-iam impossíveis a produção e a reprodução da vida da sociedade humana (HELLER, 1992, p.47).

Daí que o âmbito cotidiano é o âmbito das ações pragmáticas, onde não existem distinções entre o õcorretoö e o õverdadeiroö (HELLER, 1992, p.50). O pensamento nesta esfera utiliza-se dos juízos provisórios, de breves cálculos probabilísticos, das ultrageneralizações, da espontaneidade etc. (HELLER, 1992, p.47-50). A partir destes determinantes, conclui Heller que a vida cotidiana é a que mais se presta a alienação:

por causa da coexistência õmudaö, em-si, de particularidade e genericidade, a atividade cotidiana pode ser atividade humano-genérica não consciente, embora suas motivações sejam, como normalmente ocorre, efêmeras e particulares. Na cotidianidade, parece õnaturalö a desagregação, a separação de ser e essência. Na coexistência e sucessão heterogêneas das atividades cotidianas, não há

---

<sup>1</sup> Ellen Wood, ao tratar dos contrastes entre as sociedades pré-capitalistas e a capitalista, refere-se a uma õdesvalorização dos bens extra-econômicosö nesta última (WOOD, 2003, p.236). Elementos fundamentais à determinação das castas e das ordens, como o nascimento, os laços sanguíneos, a cor da pele, o gênero, etc., que eram também determinantes a apropriação do produto excedente, adquirem outra significação sob a formação capitalista.

por que revelar-se nenhuma individualidade unitária; o homem devorado por e em seus papéis pode orientar-se na cotidianidade através do simples cumprimento adequado desses papéis (HELLER, 1992, p.57).

Uma das formas de manifestação desse caráter alienado da vida cotidiana é o preconceito. Apesar da ultrageneralização e dos juízos provisórios serem determinantes inescapáveis da vida cotidiana, o grau e a rigidez destes, entretanto, não são sempre os mesmos. A rigor, o preconceito emerge a partir de um juízo falso, que poderia ser corrigido com base na experiência, mas que não o é por ligar-se ao componente afetivo da fé e atender às demandas pragmáticas e conformistas do cotidiano pautadas, usualmente, pelas normas e estereótipos de sua integração primária (classe, camada, nação).

Este não é um caminho necessário. A conformidade, apesar de inescapável em maior ou menor medida ao indivíduo, é distinta do conformismo. Diz Heller que a conformidade converte-se em conformismo quando o indivíduo não aproveita as possibilidades individuais de movimento, objetivamente presentes na vida cotidiana de sua sociedade, caso em que as motivações de conformidade da vida cotidiana penetram nas formas não cotidianas de atividade, sobretudo nas decisões morais e políticas, fazendo com que essas percam o seu caráter de decisões individuais (HELLER, 1992, p.67).

Ademais, a fé não é o componente afetivo que necessariamente deve estar acoplado aos juízos provisórios da cotidianidade, estes podem basear-se na confiança. Enquanto a primeira liga-se a particularidade do indivíduo e ao comodismo de nossas ações, podendo inclusive dar um sentido à vida particular do homem, a segunda está em uma relação mais próxima com a genericidade humana. Diz Heller acerca da fé:

particular, de modo geral, não é aquilo em que o homem acredita, mas sim sua relação com os objetivos da fé e com a necessidade satisfeita pela fé [...] as motivações e as necessidades que alimentam a nossa fé e, com ela, nosso preconceito satisfazem sempre nossa própria particularidade individual. Na maioria dos casos, fazem-no de modo direto, sem mediação: crer em preconceitos é cômodo porque nos protege de conflitos, porque confirma nossas ações anteriores. Mas, muitas vezes, o mecanismo é também indireto: nossa vida, que não pôde alcançar seu objetivo em sua verdadeira atividade humano-genérica, consegue então um sentido pleno no preconceito (HELLER, 1992, p.69).

Em troca, a confiança:

enraíza-se no indivíduo. O indivíduo está numa relação mais ou menos consciente com sua essência humano-genérica e com sua particularidade individual. [...] o Eu assume uma certa distância com relação à própria particularidade; e essa distância, por sua vez, implica [...] na possibilidade de outro distanciamento com relação à comunidade ou integração de que se faz parte, com relação à consciência de nós (HELLER, 1992, p.69-70).

Por essa via, já podemos entrever que a alienação da vida cotidiana, e uma de suas manifestações como o preconceito, não são necessárias. Já mencionamos que a estrutura do cotidiano, apesar de configurar um terreno propício para a existência alienada, pode deixar ao indivíduo uma margem de movimento e possibilidades de explicitação, permitindo-lhe até mesmo objetivações nas esferas heterogêneas da vida cotidiana conscientes da unidade humano-genérica e individual-particular (cf. HELLER,

1992, p.58). Não obstante, é preciso lembrar determinações estruturais do ser social, sobretudo o momento predominante da reprodução econômica. Nesse sentido, diz Heller: "quanto maior for a alienação produzida pela estrutura econômica de uma sociedade dada, tanto mais a vida cotidiana irradiará sua própria alienação para as demais esferas" (HELLER, 1992, p.58).

No que tange a questão dos preconceitos Heller apresenta-nos uma posição balanceada que nos permite problematizar amplamente também a esfera do cotidiano como um todo. Para a autora, um salto qualitativo nessa dimensão seria dado no interior de uma sociedade na qual cada homem possa explicitar livremente a condução de sua própria vida sem, ao mesmo tempo, tomar sua particularidade independentemente do humano-genérico (cf. HELLER, 1992, p.82-83). Ainda assim, para Heller é importante destacar:

numa sociedade dinâmica e mutável (como é o caso de toda sociedade construída sobre a base de um indefinido progresso da produção) sempre existem forças conservadoras e forças dinâmicas, e como a possibilidade de elevar-se à condição de indivíduo real é dada tão-somente a cada ente singular (o que de nenhum modo significa que todo ente singular chegue a ser indivíduo), torna-se então evidente que os preconceitos não podem ser totalmente eliminados do desenvolvimento social. Mas é possível, em troca, eliminar a organização dos preconceitos em sistema, sua rigidez e o que é mais essencial a discriminação efetivada pelos preconceitos (HELLER, 1992, p.83).

Nos limites desse artigo podemos apenas delinear estes aspectos da teoria do cotidiano e do preconceito colocadas por Heller. Ainda que breves e insuficientes, eles nos permitem já avançar uma problematização da opressão racial.

A nosso ver, a transição da exploração/opressão da mão-de-obra escrava para a exploração do trabalho assalariado não acarretou a supressão da opressão racial. Esta tem sua continuidade no âmbito ideal/ideológico disseminada pelos mais diversos complexos que compõem o ser social, sendo também sustentada por um processo de reprodução do capital que tem como resultado o posicionamento da população negra na camada mais explorada da economia capitalista nacional. Ademais, a presença desse estado de coisas no âmbito pragmático da cotidianidade é pautado por juízos provisórios (corretos ou falsos), pela ultrageneralização, pela espontaneidade, etc. é, distorcida ainda pelo fetichismo da mercadoria, pela esfera da circulação e pela estrutura liberal, carrega a possibilidade de perpetuação, em forma de um círculo vicioso, do racismo e de sua cristalização em preconceito que facilmente podem ser instrumentalizados ideologicamente pela burguesia ou por outras classes de transição.

Ainda que esse seja o resultado fático, verificável contemporaneamente<sup>2</sup>, não conseguimos encontrar um ponto na estrutura capitalista que sustente a continuação *necessária* dessa situação. Em outras palavras e simplificando, ressaltamos mais uma

<sup>2</sup> Também não nos é possível, em nossa problematização inicial, retomar todo o debate em volta das estatísticas nacionais sobre a situação do negro. Para ficarmos apenas em alguns exemplos, Marcelo Paixão, utilizando-se de dados do IDH nacional chegou a conclusão de que a população negra do país vive com qualidade semelhante a dos países mais pobres da África (esse estudo é mencionado por MATTOS, 2007, p.192). Baseando-se em números do PNAD Mattos diz: "os negros com a mesma escolaridade que os brancos recebem em média substancialmente menos. Não há como deixar de levar em conta que entre os 20% mais ricos da população brasileira, os brancos são 88% e entre os 20% mais pobres, os negros são 74%, quando no total da população os brancos representam pouco menos da metade dos brasileiros. Isto para não retomar os dados sobre a escolaridade, que mostram que o percentual de negros analfabetos é o dobro do dos brancos e que a escolaridade média dos negros é 2 anos inferior a dos brancos" (MATTOS, 2007, p.192).

vez, o capital não necessita de uma cor de pele específica a ser explorada ou superexplorada.

Daí que, a nosso ver, a constante tematização da questão da opressão racial por parte do movimento negro e das ações afirmativas carregam a possibilidade de avançar no combate da discriminação racial. *Estritamente* nesta esfera como, de fato, prever até onde se pode progredir no interior mesmo do capitalismo? A mobilização política dos movimentos sociais que tratam da opressão racial combatem o momento ideal racista, suas sistematizações ideológicas, os juízos provisórios opressores apoiados na fé ou na confiança, as ultrageneralizações dos estereótipos etc., e ao mesmo tempo tem a capacidade, maior ou menor, de intervenção na vida material da população negra.

Neste sentido, pensamos que podemos apenas nos referir aos obstáculos colocados a esse avanço e em seus limites últimos ou estruturais. Antes de tudo, destacar que a luta do movimento negro brasileiro faz-se em um contexto de reprodução neoliberal globalizada do capital e que as pressões sobre a camada mais pobre da população submetida a esse quadro são enormes. Ainda assim, se em meio a todas essas dificuldades a atuação política do movimento negro for bem sucedida e, no extremo, efetivar a supressão, no âmbito ideológico, do *racismo contra o negro* e a òheterogenizaçãoo da cor da pele na posição das classes, este sucesso no interior do capitalismo pode apenas significar um deslocamento da problemática da opressão e do preconceito. Isto é, uma vez que os determinantes da reprodução do capital não são transformados ó e com esta continuidade não se verifica uma ruptura da produção de uma superpopulação relativa ó parece-nos possível afirmar que outros aspectos poderiam ser mobilizados no interior da estrutura liberal e mistificadora do capitalismo, e do âmbito pragmático do cotidiano inserido neste contexto, dando lugar a outro tipo de discriminação através de juízos provisórios, ultrageneralizações, estereótipos etc. que podem se cristalizar em preconceito e servir de obstáculo ideológico para o enfrentamento dos determinantes fundamentais do capital.

É a partir dessa posição que entendemos a questão das cotas e a luta contra a opressão racial. Cabe-nos, neste momento, algumas observações concernentes tanto aos movimentos sociais da causa negra quanto a algumas posições no interior do marxismo sobre as mesmas.

Quanto ao primeiro, a nosso ver, a constante tematização da opressão racial e a possibilidade de deslocamento da problemática do racismo não devem ter sua importância diminuída por não resolverem efetivamente a questão da reprodução do capital e da superpopulação relativa. A despeito dessa incapacidade, a intervenção do movimento negro carrega a possibilidade de enriquecimento efetivo do cotidiano. Não obstante, se não conectar conscientemente sua luta afirmativa ao desenvolvimento humano-genérico, falhará em última instância por permanecer preso a uma particularidade alienada. Pensamos que a discriminação racial e o preconceito impedem o desenvolvimento individual consciente de sua conexão com o gênero humano e de que tal situação é sustentada e reproduzida por uma base material. Assim, a luta do movimento negro, se assumida em sua total coerência, implica o combate à discriminação e ao preconceito em sentido amplo. O que traz a questão da conexão consciente e autêntica entre gênero humano e indivíduo. Conexão esta que não pode ser alcançada no âmbito da mercadoria, do trabalho alienado, da reprodução do capital, da extração de mais-valia, etc. Colocando as coisas de maneira pueril, se o preconceito racial é opressor e pode ser deslocado, ele será opressor para qualquer outra camada superexplorada que o absorver uma vez que nos parece possível afirmar que a base

material capitalista garantirá essa continuidade. Daí apontarmos que o movimento negro será coerente se incorporar em sua pauta a luta pela superação do capital<sup>3</sup>.

Sabemos que essa coerência e essa incorporação não se manifesta como uma necessidade imediata da maioria dos que lutam pela causa negra. Menos ainda imaginamos que a superação do capital é uma tarefa destes ó uma vez que ela deve remeter-se e mobilizar os trabalhadores que estão no centro do antagonismo entre capital e trabalho. Contudo, pela posição social da população negra e pelas tarefas que deve enfrentar no âmbito do capitalismo neoliberal globalizado ela pode sim assumir um caráter anticapitalista. Aqui, nos parece que a intervenção dos marxistas e dos partidos revolucionários é decisiva.

Quanto a estas, entretanto, temos também algumas observações.

Consideremos os debates da revista *Crítica Marxista*, em 2007, acerca das cotas e as posições de Sérgio Lessa e de Valério Arcary nesta e também a de Marcelo Badaró Mattos, na revista *Outubro* de 2007. Nossa posição se aproxima das dos dois últimos, com algumas restrições, porém.

Lessa rejeita absolutamente as políticas afirmativas. Alega a pouca eficácia das cotas diante de sua impossibilidade de generalização e, ainda, que sua efetivação poderia dar lugar a perpetuação do racismo. Diz:

mesmo nos termos os mais conservadores, as cotas sequer atendem às necessidades da maioria da população. Adotadas em nossos hospitais, por exemplo, um médico, enfermeiro ou técnico mais competente seria preterido por outro pelo fato de pertencer a uma dada raça. A eficiência dos nossos hospitais e centros de saúde seria prejudicada. O mesmo ocorreria se adotada na seleção dos professores, artistas a terem suas obras expostas pelos eventos culturais, escritores a serem publicados etc. (LESSA, 2007, p.103).

Esta, entretanto, não é a consequência mais grave que a bandeira das ações afirmativas pode ter sobre a esquerda. Para Lessa, elas ainda efetivam um ôdesarme ideológico das forças revolucionárias (LESSA, 2007, p.104):

pois, em primeiro lugar, postulam que, diferente do passado, a sociedade contemporânea seria muito ômais complexa (velada afirmação de que seria essencialmente distinta). Por isso suas contradições não seriam mais predominantemente determinadas pela forma de produção do ôconteúdo material (Marx) da riqueza social (LESSA, 2007, p.104).

E, ademais:

desarma ainda, política e ideologicamente, as forças revolucionárias porque contribui para dividir o proletariado e os trabalhadores. Ao invés de, por exemplo, no caso das universidades, todos lutarmos pela universalização do ensino público, gratuito e de qualidade, organizamos os negros e os indígenas a lutarem por suas cotas, reduzindo assim as vagas para os brancos, asiáticos, europeus. Se os negros e brancos, índios, cafuzos, amarelos envolvidos são operários,

---

<sup>3</sup> Dentro da problemática da relação entre o movimento negro e a superação do capitalismo há uma questão ainda mais sensível que aqui podemos apenas elaborar: como fica a conexão entre a luta pela causa negra em diferentes nações e a África negra? Isto é, existe uma continuidade, atual, entre a situação de opressão racial nos ôpaíses ocidentais, por exemplo, e a situação de miséria que vivenciam os países daquele continente? E a ligação do movimento negro ôocidental com estes países africanos é puramente contingente ou está disposta a intervir, em última instância, também na questão da exploração material da África negra? Estas são questões que, à primeira vista, parecem apontar ainda mais para a necessidade de uma íntima ligação entre o movimento negro e a pauta da superação do capitalismo.

trabalhadores ou burgueses, para a concepção de mundo ‘cotista’ não faz a menor diferença (LESSA, 2007, p.104).

Neste sentido, conclui Lessa:

os revolucionários devem, a nosso ver, denunciar as políticas afirmativas, entre elas as cotas, pela função social que exercem: reproduzem e renovam os preconceitos e racismos de todos os tipos ao invés de combatê-los; fortalecem o particularismo e o espírito corporativo, desarmam e enfraquecem a crítica revolucionária da sociedade e, por fim, dividem os trabalhadores entre as diferentes raças dificultando a luta contra o capitalismo (LESSA, 2007, p.105).

A posição de Lessa parece-nos problemática em primeiro lugar por estabelecer, *a priori*, uma relação entre cotas e competência que não corresponde necessariamente à realidade. Apesar da possibilidade de juízos provisórios no cotidiano sustentarem tal relação e daí darem continuidade, de fato, a certas práticas discriminatórias, o movimento negro e as ações afirmativas procuram tematizar e combater justamente essa impressão que não corresponde a verdade. Alguns estudos procuram demonstrar, por exemplo, como não existe uma disparidade significativa entre o aproveitamento de alunos cotistas e não-cotistas (cf. estudos citados por MATTOS, 2007, p.180).

Por outro lado, reconhecer a possibilidade de avanço das ações afirmativas, não implica desconsiderar a esfera da reprodução material como momento predominante da reprodução do ser social, nem as limitações dessas medidas. Pelo argumentamos brevemente, a reprodução material dá sustentação ao momento ideal/ideológico racista, mas estas, contudo, disseminam-se pelos diversos complexos sociais e pelas práticas cotidianas, e em sua autonomia relativa, vão além da dimensão econômica e retroagem sobre a mesma.

Destacar, assim, que os revolucionários devem denunciar as ações afirmativas é opor de maneira imediata as demandas de superação do capitalismo às lutas significativas do movimento negro. A nosso ver, existe uma diferença, que não deve ser negligenciada, entre apontar os limites das ações afirmativas e a possível incoerência de um movimento negro que permanece preso em sua particularidade e rechaçar absolutamente a luta pelas cotas. Neste último caso, em consonância com o que viemos argumentando, pensamos que se pode chegar a afastar energias potencialmente anticapitalistas e mesmo revolucionárias de uma parte significativa da população.

Por tudo isso, consideramos que nossa posição aproxima-se daquela advogada por Valério Arcary e Marcelo Badaró Mattos, mas, como mencionamos anteriormente, também aqui temos nossas restrições.

Concordamos com os dois autores na medida em que apontam a necessidade de encarar de maneira indivisível tanto a luta contra a opressão como a luta contra a exploração e, ao mesmo tempo, apontam a insuficiência das ações afirmativas. Arcary, por exemplo, diz que

ignorar a condição oprimida específica da população negra, em nome de um programa comum de todos os trabalhadores contra o capital, não vai construir a unidade da classe trabalhadora, mas a sua divisão. O racismo no Brasil não é uma invenção dos líderes dos movimentos negros. As políticas de cotas são insuficientes, porque não podem mudar, substancialmente, a condição do negro sob o capitalismo. A juventude negra só terá um futuro melhor se unir sua luta com toda a

juventude trabalhadora. A libertação dos negros só será possível com a libertação do povo brasileiro (ARCARY, 2007, p.109)<sup>4</sup>.

Mattos, por sua vez, destaca que:

[...] da mesma forma como nos opomos à sociedade de classes e acreditamos que sua superação depende da ruptura com a ordem (a velha revolução), mas lutamos nos sindicatos pela elevação dos salários dos trabalhadores, também aqui acreditamos que seja possível recolocar o debate sobre as cotas na perspectiva da universalização, a partir de algumas premissas. Ou seja, defendemos as políticas afirmativas e, dentre elas, as reservas de vagas, como conquista, absolutamente insuficiente, mas importante, na direção de uma universidade com garantia de acesso a todos os que desejem cursá-la (MATTOS, 2007, 194-195).

E, logo na sequência, Mattos destaca os limites dessa medida:

o sistema de reserva de vagas não é uma resolução para o problema da desigualdade racial e do racismo e qualquer perspectiva de solução definitiva deste problema deve referenciar-se na luta pela superação da desigualdade fundamental entre capital e trabalho, que a desigualdade racial reforça (e pela qual é gerada e reforçada) (MATTOS, 2007, p.195).

Da posição desses dois autores nos parece possível inferir que o problema do *racismo contra o negro*, não pode ser superado e nem mesmo reduzido a uma irrelevância social no âmbito do capitalismo. A despeito de nossa proximidade com a posição de ambos, encontramos aqui nosso distanciamento da mesma. Argumentamos mais uma vez que não conseguimos encontrar nas determinações profundas do capitalismo, algo que garanta necessariamente a *opressão do negro*, como seria possível identificar, por exemplo, no escravismo colonial. Novamente, apresentamos a questão: quem pode, de fato, dizer até onde a luta do movimento negro pode avançar no interior mesmo do capitalismo? Por um lado, não podemos descartar a intervenção bem sucedida no combate ao momento ideal/ideológico racista como irrelevante apenas porque elas não podem superar a reprodução do capital; e, por outro, não nos parece correto obstaculizar, *a priori*, a possibilidade, no extremo, de supressão da opressão do negro no capitalismo nacional, condicionando-a a revolução socialista. Por isso, a nosso ver, parece-nos mais apropriado apontar a problemática do *deslocamento da opressão* enquanto limite último do movimento negro no interior do capitalismo e ressaltar sua possibilidade de coerência se avançar sua luta em unidade com os movimentos e partidos revolucionários.

Esta não é uma mera questão de detalhe.

Em que pese as críticas às debilidades políticas de Lukács, o filósofo húngaro nos deixou alguns apontamentos teóricos importantes nesse âmbito. Remetendo-se as opções táticas e estratégicas de Lênin em 1917 como protótipo da ação política, Lukács determinou esta como a

---

<sup>4</sup> De passagem, mencionamos aqui que concordamos com a crítica de Sérgio Lessa à mobilização de Valério Arcary do princípio de cada um segundo sua capacidade, a cada um segundo sua necessidade para a defesa das cotas. Em consonância com a argumentação de Lessa, pensamos que esse é um princípio que pode efetivar-se e servir de guia apenas para uma sociedade de transição que define democrática e socialmente como o excedente da produção deve ser apropriado. Daí que, a nosso ver, opor as cotas, como uma proposta igualitarista, à equidade meritocrática nos parece errôneo, uma vez que no âmbito do direito e da sociedade burgueses elas são complementares, sendo a primeira apenas uma correção o se possível temporária o à última.



práxis que, em última análise, se dirige à totalidade da sociedade, mas é feita de tal modo que, no imediato, coloca em movimento o mundo social fenomênico como terreno de transformação [...] do existente, e contudo, a práxis que assim vem a ser é inevitavelmente colocada em movimento, por via indireta, também pela essência e visa, ainda que indiretamente, também à essência (apud LESSA, 2002a, p.112).

Claro que outras determinações da política são apontadas por Lukács e não podemos aqui nem sequer nos aproximar delas. Não obstante, já nos é possível entrever como a grande política deve mobilizar o mundo social fenomênico ó existente, determinante e determinado ó com a esfera da essência. É neste sentido que pensamos que apontar a problemática do *deslocamento da opressão*, enquanto limite último do movimento negro no interior do capitalismo e cobrar sua coerência, tem uma potencialidade maior de conectar esse movimento aos determinantes essenciais e predominantes da reprodução do ser social, em contraste com outras análises que buscam obstaculizar, de uma ou de outra maneira, *a priori*, os avanços desse movimento.

Sabemos que esta é uma afirmação polêmica e que a questão poderá ser resolvida e verificada apenas na práxis. Ressaltamos, mais uma vez, que nossas reflexões são ainda incipientes e foram elaboradas de maneira muito abstrata. Não obstante, esses são os resultados aos quais chegamos até aqui. Eles permanecem totalmente abertos às críticas e aguardam a possibilidade de amadurecimento.

### **Referências bibliográficas**

- ARCARY, Valério. Por quê as cotas são uma proposta mais igualitarista que a equidade meritocrática. In: *Revista Crítica Marxista*. São Paulo: Renavan, n.24, p.106-109.
- HELLER, Agnes. *O cotidiano e a história*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.
- LESSA, Sérgio. Cotas e o renascimento do racismo. In: *Revista Crítica Marxista*. São Paulo: Renavan, n.24, p.102-105.
- \_\_\_\_\_. Lukács: direito e política. In: PINASSI, Maria Orlanda; LESSA, Sérgio (Orgs.). *Lukács e a atualidade do marxismo*. São Paulo: Boitempo, 2002a.
- MARX, Karl. *O capital: crítica da economia política: Livro I vol. I*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.
- \_\_\_\_\_. *O capital: crítica da economia política: Livro I vol. II*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.
- MATTOS, Marcelo Badaró. Cotas, raça, classe e universalismo. In: *Revista Outubro*. São Paulo: Instituto de estudos socialistas, 2007, n.16, p.176-199.
- WOOD, Ellen Meiksins. *Democracia contra capitalismo: a renovação do materialismo histórico*. São Paulo: Boitempo, 2003